

Cientistas pedem transparência na gestão da crise da água

Categories : [Reportagens](#)

Rio de Janeiro – Cientistas reclamam da falta de transparência dos governos no gerenciamento da crise hídrica no Brasil e ressentem por não terem sido ouvidos quando diagnosticaram a crise. Nesta quinta-feira (12), um grupo de cientistas divulgou a "Carta de São Paulo", um documento elaborado por membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC) alertando para a ameaça à segurança hídrica no Brasil e apontando para medidas a serem tomadas.

"Queremos que o conhecimento científico seja utilizado pelo governo para promover novos patamares de gestão. Em novembro, entregamos o documento aos governos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Oferecemos um panorama geral sintético com diagnóstico, prognóstico e ações necessárias", explicou o oceanógrafo José Galizia Tundisi, presidente do Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental (IIEGA) e coordenador do grupo de estudos sobre recursos hídricos da ABC.

Nesta quinta (12), Tundisi convocou uma equipe de cientistas para uma conversa com jornalistas na sede da ABC, no centro do Rio de Janeiro. Eles refletiram sobre os impactos da crise da água nas áreas de energia, mudanças climáticas, abastecimento e saúde.

Na sua opinião, a situação é muito mais profunda do que aparenta. "Não se trata apenas de uma crise de abastecimento de água para beber, há componentes de geração de energia, ciclo hidrológico e há problemas sobre a saúde pública de enormes complexidades", anunciou.

Calamidade pública

Segundo a "Carta de São Paulo", a crise hídrica no Sudeste agravou-se expressivamente nos últimos meses e cientistas alertam para a perspectiva de calamidade pública em muitos municípios, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, caso ações efetivas não sejam tomadas de redução drástica de consumo de água e uso eficiente deste recurso natural.

Os especialistas advertem para a necessidade de transparência da gestão pública quanto ao direito da população de ser informada sobre o panorama da crise e receber orientações.

"Os governos precisam ser brutalmente transparentes na informação sobre a gravidade do problema para que a população se mobilize e possa participar. Estamos vivendo um período de escassez e poderemos ter uma crise mais prolongada. Não temos informações suficientes sobre os eventos futuros", explicou Tundisi.

Em entrevista a ((o))eco, Tundisi afirmou que até agora não obtiveram nenhum retorno ou contato de autoridades de governos e secretarias estaduais de Recursos Hídricos que receberam a "Carta de São Paulo". Este fato evidencia o descompasso entre mundo científico e mundo político.

"Os acadêmicos têm soluções e os governantes devem entender que a ciência e a tecnologia aplicadas à gestão são a fórmula para resolver os problemas desse país. Precisamos de soluções baseadas em conhecimento e há centenas de cientistas no país que têm informação. O mesmo governo que financia as pesquisas não presta atenção ao que nós estamos dizendo", reclamou.

A crise já adquiriu contornos complexos e atinge diferentes setores da sociedade, desde a geração de eletricidade, ao abastecimento de água e o setor produtivo. Tundisi alerta para o perigo de convulsão social caso a crise hídrica se generalize. "Se houver uma conexão entre problemas econômicos, problemas climatológicos, problemas de alimentação, abastecimento de água e recursos naturais, estou convencido que é possível haver o que chamamos de 'social unrest' (inquietação social). Isso deveria preocupar ainda mais os governantes", admitiu.

Apagão no setor elétrico

Se a água ficar mais escassa, o risco de apagão elétrico também se aproxima. O diretor do Programa de Planejamento Energético da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiz Pinguelli Rosa, define a situação da geração de energia como "extremamente grave", uma vez que a matriz brasileira repousa na hidroeletricidade, responsável por 80% de produção. Atualmente, em razão da diminuição dos níveis dos reservatórios, esta proporção reduziu para 70%. Os reservatórios no Centro-Sul do país mantém a média de 17%.

"O fato concreto é que este ano provavelmente não chegaremos a um nível razoável nos reservatórios. Vamos passar o ano inteiro dependendo da termoelectricidade. O risco de uma crise de energia elétrica profunda este ano é muito elevado", anunciou Pinguelli Rosa.

Segundo suas estimativas, não há como os reservatórios voltarem ao seu nível normal até o fim do período úmido que se encerra em abril. "Prevemos um ano muito difícil", reafirmou ao destacar que, até o momento, não há uma política deliberada de economia de energia. "O governo apostou que viriam as chuvas com intensidade capaz de regularizar o sistema. O que era muito improvável", disse.

Para recuperar um estado confortável de volume de água nos reservatórios, seria preciso chover pelo menos 50% acima do normal, advertiram os climatologistas. Ainda que algumas capitais brasileiras tenham registrado chuvas nos últimos dias, o mês de fevereiro não deverá fechar acima de 120 milímetros, isto é, não vai ultrapassar a metade do índice de chuvas previsto para a época.

Secas serão mais frequentes, segundo IPCC

"Estamos no cheque especial, no negativo", explica José Marengo, pesquisador do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

"Tudo indica que 2015 vai ser um ano que teremos que adotar um consumo eficiente e responsável no uso da água", disse. Marengo também integra o comitê científico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês). "O IPCC trabalha com cenários em que as secas como essa serão mais frequentes com graus de incerteza". Para ele, só através de um bom gerenciamento hídrico que os impactos da seca poderiam ser amortecidos no futuro. "É preciso uma ajuda humana para amenizar o sufoco", explicou.

A bióloga do Instituto de Biofísica Carlos Chagas da UFRJ, Sandra Azevedo, faz coro ao apelar para que a comunidade científica seja levada em conta na hora das decisões políticas.

"Infelizmente é muito frustrante estar do lado da academia e ver que todo esse esforço de décadas acreditando ser possível desenvolver o país esbarra numa barreira intransponível de transferência do conhecimento", lamentou.

Sua crítica vai além e remonta ao debate político na última campanha eleitoral, em outubro de 2014, ao criticar que o tema não foi seriamente discutido na agenda dos candidatos políticos.

"Gerenciamento de risco é uma área da ciência e está represado por vontade política. Existe ainda nesse país a questão do imediatismo de fingir que nada está acontecendo. Nas eleições, varreram para debaixo do tapete uma crise que estava na cara", concluiu Azevedo.

Leia Também

[Falta d'água: Rio cria gabinete de emergência para gerenciar crise](#)

[Legado das obras versus "Legado das Águas"](#)

[Sem providências, a última gota pode chegar](#)